

Central Eólica Corrupção S.A.

***Demonstrações Financeiras para o Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2013
e Relatório dos Auditores Independentes***

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central Eólica Corrupião S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Corrupião S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Corrupião S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conclusão da construção da planta de geração eólica e continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios. Conforme mencionado nas Notas explicativas 1 e 15, a Companhia encontra-se na fase pré-operacional de construção de sua planta de geração eólica, bem como em processo de regularização dos imóveis arrendados para implantação da referida planta. Em 31 de dezembro de 2013, o sucesso das operações futuras e o equilíbrio do capital circulante líquido, que se encontra negativo em R\$60.261 mil, dependem do atingimento das projeções da Administração e, principalmente, do suporte financeiro do acionista até a conclusão da construção da planta de geração eólica. A não confirmação de qualquer dos referidos fatores coloca em dúvida a continuidade dos negócios da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, não foram examinados por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012 (não auditado)
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15	2
Aplicação financeira	5	3.020	-
Outras contas a receber		5	-
Impostos e contribuições a recuperar		1	-
Total dos ativos circulantes		<u>3.041</u>	<u>2</u>
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	6	70.794	7.877
Intangível	7	375	1
Total dos ativos não circulantes		<u>71.169</u>	<u>7.878</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>74.210</u>	<u>7.880</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	8	11.584	-
Contas a pagar		-	3
Debêntures	9	51.624	-
Obrigações fiscais		94	2
Total dos passivos circulantes		<u>63.302</u>	<u>5</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11 a	11.500	5.608
Recursos para aumento de capital	11 c	-	2.557
Prejuízos acumulados		(592)	(290)
Total do patrimônio líquido		<u>10.908</u>	<u>7.875</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>74.210</u>	<u>7.880</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> (não auditado)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Serviços profissionais contratados		(109)	(192)
Despesas com seguros		-	(85)
Impostos e taxas		(41)	(10)
Depreciações e amortizações	6	(6)	-
Despesas administrativas		(4)	-
		<u>(160)</u>	<u>(287)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(160)</u>	<u>(287)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(103)	(1)
Receitas financeiras		<u>12</u>	<u>-</u>
		<u>(91)</u>	<u>(1)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(251)	(288)
IMPOSTO DE REDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(51)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(302)</u>	<u>(288)</u>
Prejuízo do exercício por ação - Em R\$		(26,26)	(25,04)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(302)	(288)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(302)</u></u>	<u><u>(288)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Recursos para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (não auditado)		1	(1)	136	(2)	134
Recursos para aumento de Capital		-	-	8.029	-	8.029
Integralização de Capital em 31 de julho de 2012		5.607	1	(5.608)	-	-
Prejuízo do Período		-	-	-	(288)	(288)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (não auditado)		5.608	-	2.557	(290)	7.875
Recursos para aumento de capital	11.c	-	-	3.335	-	3.335
Integralização de Capital em 26 de setembro de 2013		5.892	-	(5.892)	-	-
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(302)	(302)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>11.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(592)</u>	<u>10.908</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA CORRUPÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(302)	(288)
Depreciação e amortização	6	6	-
Redução (aumento) de ativos			
Redução (aumento) em outras contas a receber		(5)	-
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		(1)	-
Aumento (redução) de passivos			
Aumento (redução) em contas a pagar		(3)	-
Aumento (redução) em obrigações fiscais		92	(9)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(213)</u>	<u>(297)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira	5	(3.020)	-
Aquisição de imobilizado		(49.562)	(7.730)
Aumento intangível	7	<u>(374)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(52.956)</u>	<u>(7.730)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Debentures emitidas	9	49.847	-
Recursos para aumento de capital	11 c	<u>3.335</u>	<u>8.029</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>53.182</u>	<u>8.029</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>13</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>15</u>	<u>2</u>
		<u>13</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CENTRAL EÓLICA CORRUPIÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Corrupião S.A. (“Companhia”), com sede na Praça XV de Novembro, 34, 10º andar, foi constituída em 28 de Outubro de 2011, tendo como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, especificamente para a implantação do projeto denominado Corrupião, localizado no município de Caetitê, Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela BW Guirapá I S.A.

A Companhia faz parte de um parque eólico que está composto pelas seguintes centrais eólicas:

	<u>Capacidade de produção instalada</u>	<u>Data prevista para entrada em operação</u>
Central Eólica Angical	12,95 MW	jul/14
Central Eólica Caititu	22,20 MW	jul/14
Central Eólica Coqueirinho	29,60 MW	jul/14
Central Eólica Corrupião	27,75 MW	jul/14
Central Eólica Inhambu	31,45 MW	jul/14
Central Eólica Tamanduá Mirim	29,60 MW	jul/14
Central Eólica Teiú	16,65 MW	jul/14

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos, de acordo com a Portaria MME nº 53, de 9 de fevereiro de 2012, mediante a implantação do projeto acima referido com uma potência instalada inicial de 22,4 MW e 13,5 MW médios de garantia física de energia. Posteriormente, em julho de 2012, foi apresentado um pedido à ANEEL para alteração da potência instalada, que atualmente é de 29,6 MW. Este pedido foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME por meio da Portaria nº 58, de 18 de Fevereiro de 2014.

O total de investimento previsto para a construção do parque é de aproximadamente R\$106.589 (não auditado) o qual será realizado mediante aporte de acionista e captação de recursos junto a instituições financeiras.

Os contratos de reserva de energia foram firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE por um prazo de 20 anos a contar da data inicialmente planejada para início do período de suprimento, que deverá ocorrer em Julho de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e enquanto não inicia suas operações, suas atividades são mantidas através de recursos dos acionistas e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo em R\$60.261. A Administração entende que tal situação será revertida mediante recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros.

1.1. Comercialização de energia

Empresa do grupo	Compradora	Valor total do contrato (em R\$mil/ano)	Montante vendido (MW h/ano)	Preço (MWh – em R\$)	Índice de correção
Central Eólica Angical S.A.	CCEE	5.255	52.560	99,98	IPCA
Central Eólica Caititu S.A.	CCEE	9.196	91.980	99,98	IPCA
Central Eólica Coqueirinho S.A.	CCEE	11.467	118.260	96,97	IPCA
Central Eólica Corrupião S.A.	CCEE	11.637	120.012	96,97	IPCA
Central Eólica Inhambu S.A.	CCEE	13.166	135.780	96,97	IPCA
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	CCEE	11.552	119.136	96,97	IPCA
Central Eólica Teiú S.A.	CCEE	7.181	71.832	99,98	IPCA

1.2. Questões ambientais

A Companhia busca junto ao órgão ambiental a regularização das áreas de reserva legal referente aos imóveis arrendados. O processo administrativo de regularização da servidão florestal para averbação da reserva legal em área diversa das propriedades arrendadas está em fase final de análise por parte do órgão.

Atualmente, a Companhia está executando os programas básicos ambientais contemplados na Licença de Instalação, já tendo atendido todas as condicionantes relativas à Licença Prévia. A Companhia está aguardando a concessão da Licença de Operação que deverá ser obtida até a conclusão das obras de construção da planta eólica.

Entre os principais programas ambientais, podemos citar:

- Plano de Afugentamento de Fauna;
- Plano de Comunicação Social;
- Plano de Educação Ambiental;
- Monitoramento Arqueológico; e
- Monitoramento de Recursos Hídricos.

1.3. Questões regulatórias

Do total de sete parques eólicos que compõem o complexo Guirapá, a expectativa atual da administração da Companhia é de que três parques serão entregues no prazo estabelecido na Outorga. Com relação aos quatro parques restantes, será requerido à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a prorrogação do cronograma de implantação, juntamente, com a solicitação de excludente de responsabilidade. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração entende que este atraso está relacionado a motivo de força maior e, portanto, não há penalidades a serem atribuídas ao Grupo BW Guirapá.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir, um resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação (nota explicativa nº 4 e 5) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

b) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumuladas e perdas para redução do valor recuperável (*impairment*) acumulados, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui:

- (i) O custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) Adiantamentos concedidos a fornecedores;

- (iii) Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- (iv) Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado; e
- (v) Custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 6 - Imobilizado.

c) Intangível

Inclui os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão. O contrato de cessão de direito de uso, transfere o direito de usar o ativo ao contratante pelo período contratado e são classificados como contratos financeiros. Para os contratos financeiros em que a Companhia atua como contratante, os pagamentos são capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato.

O ativo é amortizado de acordo com a política aplicável para cada ativo. Para os contratos financeiros, inicialmente, o investimento está reconhecido pelos custos incorridos durante a construção do empreendimento. Nesses casos, o saldo será amortizado pelo período remanescente dos respectivos contratos após a entrada em operação do parque eólico.

d) Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Companhia analisa periodicamente a existência de evidências de não realização do valor contábil de um ativo. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo (*impairment*) para determinar eventual provisão para trazer os saldos contábeis aos valores de realização.

A Administração revisa a recuperação do valor contábil dos ativos não circulantes ou de longa duração, principalmente, o imobilizado e o intangível utilizados nas suas operações. O objetivo dessa revisão é o de determinar e avaliar a ocorrência de eventos ou mudanças nas circunstâncias indicando que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível não recuperação, com base nos fluxos de caixa descontados do negócio projetados para o período correspondente a vida remanescente estimada dos ativos. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Quando uma provisão para redução ao provável valor recuperável é revertida em períodos subsequentes, o valor contábil do ativo é aumentado para refletir a estimativa revisada do valor de realização. O valor da reversão da provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de vida longa está limitado ao valor da provisão constituída em períodos anteriores, e é registrado no resultado do exercício em que houve a revisão da estimativa.

e) Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas dos balanços (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os encargos financeiros são apropriados em despesas financeiras, ou capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

f) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial.

O ativo financeiro deve ser reconhecido na data de sua negociação (data em que a Companhia se comprometer a comprar ou vender um ativo). O método de reconhecimento deve ser consistente para todas as compras e vendas de ativos financeiros que pertençam à mesma categoria.

O ativo financeiro é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação vinculados diretamente a sua aquisição ou emissão, exceto para aqueles designados como valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia correspondem ao seu caixa e equivalentes de caixa (conta corrente e aplicação financeira). As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido da remuneração auferida, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja obrigação será requerida a ser liquidada, e cujo montante da obrigação é estimada de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e em consequência, criará uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas da obrigação.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas.

g) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado (nota explicativa nº 6).
- Intangível (nota explicativa nº 7).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 12).

h) Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e contribuição social do exercício corrente.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 12%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, quando aplicável.

Medida provisória nº 627/2013: O Governo brasileiro promulgou a Medida Provisória nº 627/13 no dia 12 de novembro de 2013, que introduz profundas alterações às regras fiscais do país. Os mais relevantes dos 100 artigos incluídos na MP nº 627/13 são aqueles que revogam o regime tributário de transição (RTT), revisam as características da empresa estrangeira controlada e alocam regras de prêmio de emissão. Devido à complexidade e o número de tópicos abordados na MP nº 627/13, bem como a quantidade de emendas ainda em análise, a Receita Federal emitirá regulamentos esclarecedores a respeito deste conteúdo.

Regime Tributário de Transição - A MP nº 627/13 revoga o RTT a partir de 1º de janeiro de 2015, mas prevê uma adoção antecipada, nos termos da qual os contribuintes poderão adotar as mudanças feitas pela MP nº 627/13 a partir de 1º Janeiro de 2014.

Caso haja a adoção antecipada da MP:

- O RTT será automaticamente revogado e as novas disposições são eficazes em 1º de janeiro de 2014;
- O contribuinte será eximido da tributação de dividendos efetivamente pagos até a data da promulgação da MP nº 627/13 e gerados a partir de 1º janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2013, superior ao valor de balanço determinado com base nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (previsto na Instrução Normativa nº 1.397/13, emitida em 17 de setembro de 2013, e que não foi revogada até o momento);
- Será permitido que os contribuintes adotem os critérios de acordo com o IFRS para o cálculo dos juros sobre capital próprio do ano-calendário 2008-2013, caso o contribuinte eleja a adoção antecipada das novas regras da MP.

Estas medidas esclarecem que a Receita Federal não aplicará as disposições relativas a dividendos e dos juros sobre capital próprio retroativamente, o que era uma preocupação após a emissão da IN 1.397/13.

Como mencionado anteriormente, a MP nº 627/13 ainda precisa ser regulamentada e a Companhia não concluiu a sua avaliação a respeito de tal regra. A Companhia estima não ter impacto relevante, considerando o seu atual nível de operação e o texto corrente da referida legislação, caso a MP seja adotada como regra apenas para 2015.

k) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)
Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27	Entidades de Investimento (1)
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia avaliou que essas normas não apresentarão efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (não auditado)
Caixa e depósito bancário à vista	15	2

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras, no valor de R\$3.020, estavam atreladas a Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Referenciado DI Special, administrado pelo Banco Bradesco S.A., indexados à variação média de 99% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

6. IMOBILIZADO

	Taxas anuais depreciação - %	2013		2012
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido (não auditado)
Máquinas e equipamentos	10%	56	(6)	56
Imobilizações e equipamentos em andamento (a)	-	56.561	-	7.821
Contratos de obras e equipamentos em andamento (b)	-	11.584	-	-
Capitalização de juros (c)	-	2.599	-	-
		<u>70.800</u>	<u>(6)</u>	<u>7.877</u>

- (a) As imobilizações e equipamentos em andamento compreendem os adiantamentos à fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos para a construção dos parques eólicos. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 destas demonstrações financeiras, a entrada em operação de todos os parques está prevista para ocorrer ao longo do exercício de 2014, quando dará início a depreciação dos ativos imobilizados.
- (b) Compreendem as provisões de pagamentos à fornecedores para compra dos aerogeradores, subestação e linhas de transmissão e os gastos incorridos, mas ainda não faturados, para a construção dos parques eólicos.
- (c) Os encargos financeiros decorrentes da emissão de debêntures, líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras apurados pelo investimento de parte desses recursos, foram capitalizados no imobilizado da Companhia, visto que foram utilizados exclusivamente para a construção do parque eólico. Esses encargos financeiros serão amortizados quando do início da operação dos parques, limitados ao prazo de concessão.

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

Descrição	2012 (não auditado)	Adições	2013
<u>Custo</u>			
Máquinas e equipamentos	56	-	56
Imobilizações e equipamentos em andamento (a)	7.821	48.740	56.561
Contratos de obras e equipamentos em andamento (b)	-	11.584	11.584
Capitalização de juros (c)	-	2.599	2.599
Total do custo	<u>7.877</u>	<u>62.923</u>	<u>70.800</u>
<u>Depreciação</u>			
Máquinas e equipamentos	-	(6)	(6)
Total de depreciação	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>7.877</u>	<u>62.917</u>	<u>70.794</u>

Em 2013, a Companhia acessou os indicadores de *impairment* do ativo imobilizado e não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de teste de provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

7. INTANGÍVEL

	<u>2013</u> <u>Custo</u>
Direitos de uso de áreas rurais (a)	362
Capitalização de juros	<u>13</u>
	<u>375</u>

(a) Referem-se aos contratos de cessão de direito de uso, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

8. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Principais fornecedores</u>	<u>Equipamento/Serviço</u>	<u>2013</u>
GE Wind	Aerogeradores	9.218
Consortio GPO/CONFER	Obras civis	1.273
Diversos	Meio Ambiente	<u>1.093</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>11.584</u>

9. DEBÊNTURES

Em 5 de agosto de 2013, a Reunião do Conselho de Administração aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em uma única série, não conversíveis em ações da Companhia, no valor de R\$64.200, dividida em 4 parcelas em 20 de agosto, 20 de setembro, 20 de outubro e a 4ª parcela em 20 de dezembro de 2013 a qual teve a data de liquidação repactuada para 14 de março de 2014.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta estão sendo utilizados na construção dos parques eólicos. As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, dispensada do registro perante a CVM, sob o regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 476 e do contrato de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures foram registradas para negociação no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos por meio do Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidos de 1,55% ao ano até 20 de agosto de 2014, quando ocorre o vencimento das debêntures.

A seguir a mutação dos saldos de debêntures:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u> <u>2013</u>
Saldo inicial	-	-
Emissão em 20/08/2013	39.800	39.800
Emissão em 20/09/2013	2.700	2.724
Emissão em 18/10/2013	7.200	7.323
(-) Custos de emissão a apropriar		(417)
Amortização de custos de emissão - capitalizada		417
Juros provisionados - capitalizados	-	<u>1.777</u>
Totais	<u>49.700</u>	<u>51.624</u>

Garantia Real: (I) Foram concedidas as ações de emissão da Companhia de titularidade da BW Guirapá, bem como todas as vantagens e direitos que forem atribuídos aos Direitos de Participação da Companhia; (II) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do Projeto; (III) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios; e (IV) cessão fiduciária dos recursos existentes na conta de recebimento de titularidade da BW Guirapá.

Garantia Fidejussória: A BW Guirapá obriga-se por todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas Emissoras nos termos da Escritura.

10. PROVISÃO PARA CUSTOS SÓCIO-AMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Custo sócio-ambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante, quando aplicável, e incorpora tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado. A provisão é registrada com base em orçamentos de gastos futuros elaborados pela Administração da Companhia, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação.

Em 31 de dezembro de 2013, os custos sócio-ambientais incorridos foram provisionados e totalizam R\$1.093.

Custo de desmobilização de ativos

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

Devido ao atual estágio de construção do parque eólico, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não havia implantado os ativos que serão desmobilizados no futuro e, portanto a provisão para desmobilização ainda não foi incorrida.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$11.500 (R\$5.608 em 2012), composto por 100.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pela BW Guirapá I S.A.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Recursos para aumento de capital

A Companhia recebeu R\$3.335 em 2013 (R\$8.029 em 2012) a título de recursos para futuro aumento de capital. A AGE de 26 de setembro de 2013 homologou o aumento do capital social mediante a incorporação dos créditos dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Não é prática da Companhia, contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está apresentada a seguir:

	Valor contábil e valor justo	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativos financeiros:		(não auditado)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:		
Caixa e depósitos bancários à vista	15	2
Aplicações financeiras	3.020	-
Passivos financeiros:		
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado		
Fornecedores	11.584	-
Debêntures	51.624	-

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Os ativos financeiros, possuem as seguintes classificações: (I) empréstimos e recebíveis; (II) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (III) mantidos até o vencimento; e (IV) disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia somente possuía ativos financeiros na Categoria II (Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras).

- b) Passivos financeiros:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

- b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a debêntures e aplicações em reais.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de debêntures.

d) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

e) Análise de Sensibilidade para exposição de taxa de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,55%).

<u>Operação</u>	<u>Exposição</u> 31/12/2013	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário</u> <u>(Provável)</u>
Aplicação financeira	3.020	Baixa do CDI	Resultado	212
Debêntures	(51.624)	Alta do CDI	Resultado	(3.631)

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A., contra riscos de engenharia, responsabilidade civil geral, garantia ao fornecedor e garantia do fiel cumprimento do leilão no montante de R\$538.117. A Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

(*) A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes.

14. DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía processos judiciais, que baseados na opinião dos seus assessores jurídicos demandassem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras.

15. ARRENDAMENTO DE TERRAS

Em 31 de dezembro de 2013, do total de 60 propriedades arrendadas para implementação dos 7 parques eólicos controlados pela BW Guirapá I S.A., descritos no contexto operacional, apenas 28 estão regularizadas no Registro Geral de Imóveis. Outras 23 propriedades, aguardam a emissão do título e sua publicação no Diário Oficial, já tendo sido cumprida as exigências legais para estas emissões. Restam ainda 9 propriedades, que acomodarão 12 aerogeradores. Estas propriedades se encontram na fase inicial do processo de regularização, as quais tiveram exigências do órgão regulador solucionadas, mas continuam aguardando novo parecer da Procuradoria Geral do Estado da Bahia para o andamento do processo.

Os arrendamentos dessas áreas foram contratados junto aos posseiros que não possuem o registro definitivo de propriedade de suas terras. A Companhia, através de seus assessores legais, vem dando apoio financeiro e jurídico a esses posseiros para estes obtenham o registro definitivo de propriedade.

Os contratos de arrendamento operacional firmados pela Companhia têm a vigência de 35 anos e preveem o pagamento anual de R\$89, equivalente a 0,76% da energia gerada. O reajuste será realizado com base na variação do IPCA, divulgado pelo IBGE.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuiu saldo de operações mantidas com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2013 foi efetuado pela empresa *holding* BW Guirapá I S.A, não tendo havido repasse desse custo para a Companhia.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO O CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (não auditado)
Encargos financeiros provisionados e capitalizados	1.777	-
Provisão para fornecedores	10.491	-
Integralização de capital com AFAC	5.892	5.608
Provisão para custos sócio-ambientais	<u>1.093</u>	-
Total	<u>19.253</u>	<u>5.608</u>

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para emissão em 11 de abril de 2014.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Em 14 de março de 2014, a Companhia recebeu a 4ª parcela da emissão das debêntures no montante de R\$15.402. Os recursos estão sendo utilizados para o financiamento da obra do parque eólico.
